

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
CNPJ 83.930.131/0001-03
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

ATIVO	2015	2014
		Reclassificado
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	495.046	1.194.928
Contas a receber (nota 5)	32.043.864	16.832.968
Receitas a apropriar de valores a receber (nota 5)	(27.059.567)	(14.986.964)
Adiantamentos (nota 6)	364.588	344.690
Titulos de capitalização	721.149	690.404
Outros créditos (nota 7)	2.762.479	1.972.239
Total do ativo circulante	9.327.559	6.048.266
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	999	-
Contas a receber (nota 5)	754.480	-
Imobilizado (nota 8)	24.099.804	24.350.970
Intangível (nota 9)	8.026.700	6.684.726
Total do ativo não circulante	32.881.983	31.035.696
TOTAL DO ATIVO	42.209.542	37.083.962

Figueirense Futebol Clube
CNPJ 83.930.131/0001-03
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
CIRCULANTE		
Fornecedores	3.656.786	3.227.724
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 10)	3.373.095	3.456.351
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	5.919.648	7.014.486
Outros credores (nota 12)	22.840.933	12.887.486
Tributos e encargos sociais a recolher (nota 13)	1.844.357	2.764.990
Tributos parcelados (nota 14)	611.815	1.574.513
Provisões trabalhistas (nota 15)	786.256	654.615
Receitas a apropriar de valores recebidos (nota 17)	349.427	7.213.797
Total do passivo não circulante	39.382.315	38.793.963
NÃO CIRCULANTE		
Tributos parcelados (nota 15)	21.194.665	14.569.035
Provisões para contingências (nota 16)	6.317.704	7.330.470
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	3.942.009	4.861.111
Outros credores (nota 12)	4.570.758	5.776.912
Total do passivo não circulante	36.025.136	32.537.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Doações patrimoniais	172.814	236.422
Ajuste de avaliação patrimonial	21.124.701	21.319.700
Déficit acumulado	(54.495.422)	(55.803.651)
Total do patrimônio líquido	(33.197.908)	(34.247.529)
TOTAL DO PASSIVO	42.209.542	37.083.962

Figueirense Futebol Clube
CNPJ 83.930.131/0001-03
Demonstração do resultado dos exercícios em 31 de dezembro
(valores expressos em reais)

	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA (nota 19)	47.565.567	41.881.917
CUSTO DA ATIVIDADE DE DESPORTO		
Custo do departamento de futebol	(21.284.801)	(21.245.814)
Contingências Trabalhista	(990.045)	(6.154.367)
Custo de competições	(3.823.564)	(3.810.383)
Custo de atletas em formação	(1.762.429)	(2.824.781)
Amortização de direitos de uso de imagem	(6.165.606)	(3.376.376)
Amortização de atletas formados	(377.642)	(306.390)
	(34.404.087)	(37.718.112)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT BRUTO	13.161.479	4.163.805
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(4.849.629)	(5.656.777)
Despesas com serviço de terceiros	(2.190.434)	(1.937.303)
Despesas financeiras	(6.178.176)	(5.591.793)
Receitas financeiras	1.106.380	711.024
	(12.111.859)	(12.474.849)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.049.621	(8.311.043)

Figueirense Futebol Clube**CNPJ 83.930.131/0001-03****Demonstração das mutações do patrimônio social e do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em reais)**

	Doações patrimoniais	Outros resultados abrangentes	Déficits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	290.104	21.514.698	(48.341.288)	(26.536.486)
Doações patrimoniais	(53.682)		53.682	
Ajuste de exercicios anteriores			600.000	600.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(194.999)	194.999	-
Déficit do exercicio			(8.311.043)	(8.311.043)
				-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	236.422	21.319.699	(55.803.650)	(34.247.529)
Doações patrimoniais	(63.608)		63.608	-
Ajuste de exercicios anteriores			-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(194.999)	194.999	
Superavit do exercicio			1.049.621	1.049.621
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	172.814	21.124.700	(54.495.422)	(33.197.908)

Figueirense Futebol Clube
CNPJ 83.930.131/0001-03
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA PROVINIENTE DAS OPERAÇÕES		
Déficit/ Superavit do exercício	1.049.621	(8.311.043)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7.542.326	4.815.919
Provisão para contingência	1.402.353	1.275.629
Juros sobre empréstimos	1.415.571	1.490.793
	11.409.871	(728.702)
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	(15.965.376)	1.102.679
Adiantamentos	(19.898)	(141.242)
Titulo de capitalização	(30.745)	(279.351)
Outros	11.282.363	1.156.006
	(4.733.656)	1.838.091
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	429.061	37.591
Obrigações sociais	(83.256)	(139.230)
Impostos e encargos sociais a recolher	(920.633)	1.759.445
Impostos parcelados	5.662.931	2.282.450
Receita diferida	(6.864.371)	3.104.005
Outros credores	4.891.060	(5.823.689)
Provisões trabalhistas	131.640	152.775
	3.246.432	1.373.349
RECURSOS LÍQUIDOS PROVINIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.922.648	2.482.738
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Doações patrimoniais		
Movimentações do imobilizado	(19.284)	(53.543)
Líquido da operações do ativo intagível	(1.341.973)	1.136.022
RECURSOS LÍQUIDOS PROVINIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.361.257)	1.082.479
FLUXO DE CAIXA PROVINIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos	(9.261.273)	(5.425.408)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVINIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.261.273)	(5.425.408)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA	(699.882)	(1.860.192)
Disponibilidades no início do exercício	1.194.928	3.055.120
Disponibilidades no final do exercício	495.046	1.194.928
	(699.882)	(1.860.192)

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

CNPJ: 83.930.131/0001-03

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(valores expressos em reais)

1 Informações gerais

O Figueirense Futebol Clube é uma sociedade civil fundada em 12 de junho de 1921, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica distinta dos seus sócios, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela sociedade, reconhecida como entidade de Utilidade Pública pela Lei nº330, de 24 de fevereiro de 1958, do Município de Florianópolis, Utilidade Pública Estadual pela Lei nº1987, de 10 de abril de 1959, publicada no Diário Oficial do dia 23 de abril de 1959.

O Figueirense Futebol Clube tem por finalidade:

- Realizar a integração de seus associados em reuniões e eventos de natureza desportiva, social, cultural, cívica, assistencial e de benemerência;
- Promover e participar de campeonatos e torneios oficialmente patrocinados pelas entidades a que estiver filiado, nos termos dos respectivos regulamentos;
- Fomentar a prática desportiva nas diversas modalidades, mantendo equipes e atletas em seus quadros ou mediante parceria com outras associações;
- Utilizar o esporte como instrumento de formação de valores, de educação e de conscientização, de inclusão social e de responsabilidade social e ambiental, gerando oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, especialmente aos mais jovens e aos menos favorecidos; e
- Constituir e participar do quadro societário de sociedade empresarial, na forma prevista e autorizada pelas leis civis e desportivas em especial naquelas que tenham por objeto social a gestão esportiva de seus bens.

Em abril de 2010 o clube firmou com Wilfredo Brillinger “instrumento particular de contrato”, este, posteriormente cedeu sua posição contratual com o clube para a Alliance Sports Gestão e Participação Ltda mediante aditamento contratual em dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 a Alliance Sports Gestão e Participação Ltda. e o Figueirense Futebol Clube firmaram instrumento particular de remissão de dívida e outras avenças referentes ao débito do clube com a empresa no montante de R\$ 8.000.000 e de R\$ 844.431 mediante cessão de direitos econômicos, de formação e da solidariedade sobre atletas de futebol.

Em 02 de outubro de 2012 a Alliance Sports Gestão e Participação Ltda. e o Figueirense Futebol Clube firmaram instrumento particular de distrato, extinguindo totalmente a relação negocial decorrente do instrumento particular de contrato firmado em abril de 2010, e de seus aditivos, outorgando-se, reciprocamente, a mais ampla geral e irrestrita quitação por todos e quaisquer débitos oriundo dos instrumentos contratuais celebrados no passado, nada mais tendo a exigir uma da outra em relação àqueles instrumentos, sem prejuízo dos direitos econômicos recebidos pela Alliance na vigência daquela contratualidade.

Em 14/10/2015, o clube formalizou sua adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade do Futebol Brasileiro – PROFUT, no termos na Lei 13.155/15. Programa que, concedeu aos clubes o parcelamento de débitos junto à União. Esta alternativa criará uma condição favorável para melhoria do quadro financeiro, unida à manutenção da equipe na Série A do futebol brasileiro.

Situação patrimonial e financeira

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e considera a continuidade normal das operações do Clube. Em 31 de dezembro de 2015, o Clube possuía excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 30.055 mil (R\$ 32.746 mil em 2014). O Clube também apresentou superávit no montante de R\$ 1.050 mi (déficit em 2014 de R\$ 8.311 mi).

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso o Clube seja incapaz de continuar suas atividades.

Em 03 de dezembro de 2015, o clube concretizou a transferência do atleta Alex Roberto Santana Rafael (Alex Muralha), ao Clube de Regatas do Flamengo, transação que colaborou para um impacto positivo ao caixa do clube, minimizando o cenário observado com relação a 2014.

As ações promovidas pelo Clube para reverter à situação atual compreendem:

- Buscar novos contratos de patrocínios;
- Investimento contínuo na base, valorizando novos jogadores que possam reforçar o time principal e alcançar destaque internacional;
- Redução das despesas;
- Expectativa da adequação do passivo fiscal decorrente do desdobramento futuro da lei de responsabilidade fiscal.
- Manutenção do clube na série A do campeonato brasileiro

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para a emissão pela diretoria do Clube, em 29 de fevereiro de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2 Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade específicas para entidades desportivas. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa; (ii) Valor realizável dos ativos intangíveis; e (iii) Contingências. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas na Nota 2.19. Os pronunciamentos/interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor a partir de 2014 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do clube. A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo clube, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

2.1. Instrumentos financeiros

2.1.1. Classificação

O clube classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o clube não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

- (a) Recebíveis - Os recebíveis do clube compreendem o “Contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”.

2.2 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação. Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação das demonstrações financeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado

por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem substancialmente, caixa e depósitos à vista e aplicações financeiras denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de contratos de patrocínio e publicidade.

Estão apresentados a valores de realização, vigentes na data das demonstrações financeiras. É constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD" ou *impairment* em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação esteja considerada duvidosa com base na avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

2.5 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas legais conforme demonstrado a seguir:

<u>Grupos</u>	<u>Taxa a.a.</u>
Edificações e Construções	4%
Benfeitorias em Estádio	4%
Veículos	20%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações diversas	10%
Reavaliação de Terrenos	0%
Reavaliação de Edifícios e Construções	4%

2.7 Ativos intangíveis

Software

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, que normalmente não ultrapassa cinco anos.

Formação de atletas, empréstimos de jogadores e direitos de imagem

O Clube possui ativos intangíveis, que são representados por: gastos com a contratação e formação de atletas profissionais de futebol e conforme determinado pela resolução nº 1.429/2013 os valores relativos a direito de imagem. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato, sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira (*impairment*) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixado do ativo.

Imagem

Os contratos de direito de imagem de atletas autorizam o clube a fazer uso dos direitos sobre o nome, apelido desportivo, voz e imagem do atleta profissional de futebol em campanhas publicitárias e eventos de interesse do clube. O registro ocorre no momento da celebração do compromisso, sendo a parcela ativa amortizada de acordo com o prazo da vigência do compromisso e a parcela passiva de acordo com o cronograma financeiro estabelecido entre as partes.

O clube não divulgou o total de atletas vinculados contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta conforme determinado pela Resolução nº 1429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC

2.8 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os atletas em formação tem seu custo avaliado anualmente para fins de *impairment*.

2.9 Fornecedores

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Inicialmente reconhecidos com base no valor não descontado devido ao fornecedor, e ao fim de cada exercício de divulgação o Clube os avalia a fim de mensurá-los com base no valor que espera pagar.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

2.11 Impostos e contribuições

2.11.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL).

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

2.11.2 Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

2.11.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

2.11.4 Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube está recolhendo a quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Seção 21 do CPC PME e consideram premissas definidas pela Administração do Clube e seus assessores jurídicos.

2.13 Receitas e despesas

Geral

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber. O clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade.

Receitas de competições esportivas

São alocadas as receitas provenientes da venda de ingressos de competições esportivas. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

Transmissão esportiva

São alocadas as receitas provenientes do direito televisivo de transmissão de jogos do Clube. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

Negociação de atestados liberatórios

São alocadas as receitas provenientes de negociações de atletas. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

Associados

São alocadas as receitas provenientes da arrecadação dos sócios do Clube. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

Promoções e publicidades

São alocadas as receitas provenientes das ações promocionais e de publicidades. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

Loteria Timemania

São alocadas as receitas provenientes das arrecadações referentes à Loteria Timemania, onde o Clube é integrante. São registradas conforme o regime de competência de exercícios.

2.14 Instrumentos financeiros – gestão de risco

O Clube poderá estar exposto, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa.
- Outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, o Clube está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Clube para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do Clube, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Clube, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber.
- Caixa e equivalentes de caixa.
- Contas a pagar a fornecedores.
- Empréstimos bancários a taxas flutuantes.
- Empréstimos bancários a taxas fixas.

2.14.1 Risco de crédito

O risco de crédito para o Clube surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e clientes.

O Clube não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

2.14.2 Risco de mercado

O risco de mercado surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alteração nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

2.14.3 Risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Clube incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, o Clube adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis.

2.18 Demonstração do resultado abrangente

O clube não possui itens de receitas e despesas que afetem a demonstração do resultado abrangente, dessa forma, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.19 Estimativas críticas

2.19.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na sua realização. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

2.19.2 Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável ao clube e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável ao clube seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos do clube, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Reclassificação da demonstração financeira do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade da comparabilidade. A comparação entre os saldos das demonstrações financeira naquela data e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade está demonstrada a seguir:

Direitos a receber	<u>2015</u>	<u>2014</u> reclassificado
Direitos federativos/econômicos a receber	60.000	60.000
(-) Provisão para Perdas	(60.000)	(60.000)
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa (i)	201.844	937.858
Caixa Secretaria	150	150
Banco conta movimento (ii)	293.051	24.118
Aplicações financeiras de liquidez imediata (iii)	-	232.802
	<u>495.046</u>	<u>1.194.928</u>

(i) Caixa

Representa os valores constituídos a título de fundo fixo.

(ii) Bancos

Referem-se a contas correntes em instituições financeiras de primeira linha.

(iii) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são remuneradas à taxas que vão de 2% a 98% do CDI, bem como, adicionalmente aplicação com taxa de 0,75% a.a.

5 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE		
Contratos a faturar (i)	27.059.567	14.986.964
Patrocínios, exploração de marcas e outros	1.152.015	802.651
Clubes de futebol (ii)	4.025.158	1.254.366
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(192.875)	(211.013)
	32.043.864	16.832.968
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Receita a apropriar de contratos a faturar (iii)	(27.059.567)	(14.986.964)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Clubes de futebol (ii)	754.480	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	754.480	-

- (i) O Figueirense firmou contratos de cessão de direitos de transmissão dos jogos do Campeonato Brasileiro da Série/A para a temporada 2016.
- (ii) Corresponde a valores a receber por transferência de atletas.
- (iii) Neste grupo estão registrados os valores de receitas ainda não recebidas a serem apropriadas ao resultado decorrentes de direitos de transmissão de televisão.

6. Adiantamentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento a fornecedores	360.856	404.809
Adiantamento para viagem	6.087	2.000
Antecipação de salários	1.323	2.084
Antecipação de férias	100.044	61.256
Antecipação de impostos a recuperar	2.986	2.986
(-) Provisão para Adiantamentos a Longa Data	(108.445)	(128.445)
Despesas pagas antecipadamente	1.738	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	364.588	344.690

7. Outros créditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos a receber - F. Participações (i)	223.850	223.850
Cartões de crédito	37.911	427.461
Outros Créditos	65.262	56.195
Bloqueio Judicial	2.435.456	1.264.733
	<u>2.762.479</u>	<u>1.972.239</u>

(i) Essa rubrica refere-se aos saldos vencidos até o dia 21 de março de 2010 que o Clube tem o direito de receber da antiga gestora Florianópolis Participações e Gestão Desportiva S.A. como trata a Cláusula "3.3.1 Vencidos até a Data de Encerramento" do instrumento Particular de Acordo para Resilição Contratual e Outras Avenças, firmado entre o Clube e a supracitada antiga gestora datado de 12 de março de 2010.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				<u>2015</u>	<u>2014</u>
Edificações e Construções	4%	3.730.313	(2.190.550)	1.539.763	1.688.975
Benfeitorias em Estádio	4%	1.046.070	(328.958)	717.112	690.120
Veículos	20%	173.512	(83.972)	89.540	3.094
Móveis e Utensílios	10%	344.666	(197.462)	147.204	162.164
Equipamentos de processamento de dados	20%	156.646	(119.736)	36.910	22.540
Máquinas e equipamentos	10%	1.774.038	(1.378.788)	395.249	413.083
Instalações diversas	10%	109.021	(59.696)	49.325	51.295
Reavaliação de Terrenos	0%	18.394.716	-	18.394.716	18.394.716
Reavaliação de Edifícios e Construções	4%	4.874.971	(2.144.987)	2.729.985	2.924.983
		<u>30.603.954</u>	<u>(6.504.149)</u>	<u>24.099.804</u>	<u>24.350.970</u>

Em 2005 o clube registrou os efeitos da mais valia do seu ativo imobilizado, decorrente da reavaliação de imóveis e terrenos. Laudo de reavaliação foi emitido por empresa especializada, e realizado de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 5676 (Avaliação de imóveis).

Após a promulgação da Lei nº 11.638/07, que promoveu a alteração da legislação societária brasileira, consequentemente, nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não mais é permitido a reavaliação espontânea de bens. A administração do clube optou por manter registrada a reavaliação constituída em 2005, até a sua totalidade realização, por alienação ou depreciação, passando o saldo a vigorar como custo corrigido dos bens.

Em 2014, o Clube com o intuito de manter atualizadas as informações e trazer a valor presente seu Bem de maior valia, bem como, informar aos seus sócios/torcedores, Senhores Conselheiros e usuários das informações, realizou laudo de avaliação do terreno, cujo valor conforme laudo emitido por empresa especializada é, portanto de R\$ 78.500.000 (Setenta e oito milhões e quinhentos mil reais). O valor não foi registrado na contabilidade, servindo para fins gerenciais, por força da promulgação da Lei nº 11.638/07, a qual não permite mais reavaliação espontânea de bens. Caso fosse contabilizado aumentaria o Imobilizado e Patrimônio Líquido. O Laudo foi elaborado de acordo com as normas de avaliação de imóveis da ABNT NBR – 1:2001 e da ABNT NBR 14653 – 2:2004(bem como sua revisão com validade

em 03/03/2011, sob nº 14653-2-2011) estipuladas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, com o Código de ética do COFEA/CREA, e também em obediência a Lei Federal 5.194, de 24/12/66. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. O valor justo do ativo imobilizado avaliado em 2014 é superior ao valor líquido contábil no exercício de 2015. A Administração do clube não identificou indicadores de perda a ser reconhecida durante o período.

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2015	2014
Sistema aplicativos - Software	20%	134.220	(117.300)	16.920	38.702
Atletas Profissionais (i)		1.220.900	(481.625)	739.275	646.923
Atletas em formação (ii)		5.266.307	-	5.266.307	4.057.495
Direito de Uso de Imagem (iii)		2.004.198	-	2.004.198	1.941.607
		<u>8.625.625</u>	<u>(598.925)</u>	<u>8.026.700</u>	<u>6.684.726</u>

(i) Atletas Profissionais

Os saldos referem-se aos direitos econômicos baseados nos vínculos de atletas profissionais adquiridos ou formados pelo Clube. A amortização é realizada de acordo com o tempo de vigência do contrato de cada atleta.

(ii) Atletas em formação

São aqueles que estão em processo de formação, pertencentes às categorias de base (Junior, juvenil e infantil) até virar profissional. Abaixo segue o demonstrativo por categoria:

Atletas da Base não Profissionalizados

Categoria	2015		2014	
	Quantidade de atletas	Valores	Quantidade de atletas	Valores
Juniões	1	23.632	1	15.875
Juvenil	34	1.816.693	28	1.038.581
Infantil	46	1.11.434	50	1.282.832
	<u>81</u>	<u>2.951.759</u>	<u>79</u>	<u>2.337.290</u>

Atletas Profissionalizados que permanecem nas Categorias de Base

2015	2014
------	------

Categoria				
	Quantidade de atletas	Valores	Quantidade de atletas	Valores
Juniiores	42	2.250.289	36	1.428.995
Juvenil	5	64.258	6	291.210
	<u>47</u>	<u>2.314.547</u>	<u>42</u>	<u>1.720.205</u>

(iii) **Direitos de imagem**

Este saldo corresponde, substancialmente, ao valor das despesas para aquisição do direito de exploração de nome, apelido desportivo, imagem e voz de atletas, adquiridos por meio de contratos firmados com o clube. Estes valores têm como contra partida, contas a pagar e, são amortizados com base na competência contratual.

Até 2012, estavam registrados no Ativo Circulante em Despesas Antecipadas, em 2013, devido à adoção inicial da ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, foi reclassificado para o Intangível. Para fins de apresentação, os valores referentes a 2012 também foram reclassificados.

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS - Folha de pagamento a recolher	83.034	55.986
INSS sobre a folha de pagamento a recolher	613.462	421.700
FGTS a recolher	548.549	482.949
Contribuição sindical a recolher	46.642	28.141
Pensão alimentícia a pagar	16.327	6.828
Salários e ordenados	554.601	909.645
13º Salário a Pagar	614.470	776.059
Férias a pagar	889.985	775.043
COFINS	6.025	-
	<u>3.373.095</u>	<u>3.456.351</u>

11. Empréstimos e financiamentos

	2015		2014	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Bic (i)	-	-	657.603	-
Unicred (ii)	2.562.924	3.206.667	2.029.965	4.686.667
Bradesco S.A. (iii)	68.792	665.565	695.035	-
Banrisul (iv)	142.677	69.778	125.285	174.444
Caixa Econômica Federal(v)	300.000	-	675.000	-
Outros empréstimos (vi)	2.845.255	-	2.831.598	-
	<u>5.919.648</u>	<u>3.942.009</u>	<u>7.014.486</u>	<u>4.861.111</u>

As taxas pactuadas nos empréstimos são as seguintes:

- (i) Bic Banco - CDI mais 0,90 ao mês com vencimento em 08/2014, dado como garantia aval.
- (ii) Unicred - CDI mais 1,1% ao mês com vencimento em 06/2015 e 03/2016, dado como garantia aval.
- (iii) Bradesco - de 1,27 a 1,7% ao mês com vencimento em 12/2014 e 12/2015 dado como garantia recebível sócios e aval.
- (iv) Banrisul – de 1,95% ao mês com vencimento em 07/2014 a 08/2017 dado como garantia aval.
- (v) Caixa Econômica Federal – CDI mais 1% ao mês com vencimento 08/2015 e 01/2016, dado como garantia aval.
- (vi) Outros empréstimos, de 1 a 5% ao mês.

12. Outros credores

	2015		2014	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Direito de Imagem a Pagar (i)	4.348.686	169.105	3.089.484	969.500
Gasto com contratação de atleta	787.482	-	1.256.554	-
Adiantamento de Clientes	6.505.814	-	477.835	-
Empréstimo de Atletas a Pagar	2.802.433	-	2.792.980	-
Direito Econômico de Atleta a pagar	3.949.218	-	2.170.907	-
Rescisões a Pagar	1.436.549	-	1.353.550	-
Acordos Trabalhistas	2.325.544	4.400.654	1.110.297	4.760.412
Outras Contas a Pagar	685.207	999	635.878	47.000
	<u>22.840.933</u>	<u>4.570.758</u>	<u>12.887.486</u>	<u>5.776.912</u>

(i) Direito de imagem a pagar

Corresponde ao valor a pagar pela aquisição dos direitos de exploração de nome, apelido desportivo, imagem e voz de atletas.

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IPTU a recolher	35.799	24.657
IRRF assalariado a recolher	1.590.441	1.074.728
IRRF sociedade civil a recolher	19.795	16.349
INSS - IN a recolher	57.500	159.781
Contribuição retidas a recolher	60.692	39.897
IRRF s/ MUTUO (3426)	55.290	85.782
ISS retido a recolher	7.977	14.910
PGFN - Débitos Inscritos em Divida Ativa	-	1.348.888
Outros	16.864	-
	<u>1.844.357</u>	<u>2.764.990</u>

14. Tributos parcelados

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de parcelamento incentivado – PMF (i)	151.147	4.527.135	140.000	4.246.975
Timemania - Débitos PGFN (ii)	-	-	39.720	278.213
Timemania - Débitos INSS (ii)	-	-	219.338	1.592.613
Timemania - Débitos SRFB (ii)	-	-	129.762	1.022.879
Timemania - Débitos FGTS	-	-	134.072	1.388.449
Parcelamento Receita Federal - IRRF 0561 (ii)	-	-	161.932	621.065
Parcelamento Receita Federal - PIS 8301 (ii)	-	-	12.565	36.593
Parcelamento Receita Federal - CSRF 5952 (ii)	-	-	12.504	18.237
Parcelamento Receita Previdenciária - Simplificado	27.132	101.698	138.541	527.247
Parcelamento Receita Previdenciária – Ordinário(ii)	-	-	86.139	409.026
Parcelamento Lei 12.996/2014 - Demais Débitos RFB (ii)	-	-	249.955	2.291.360
Parcelamento Lei 12.996/2014 - Demais Débitos PGFN(ii)	-	-	58.960	540.491
Parcelamento Lei 12.996/2014 - Demais Débitos RFB Prev(ii)	-	-	163.899	1.502.484
Parcelamento PGFN-PIS(ii)	-	-	16.593	62.202
Parcelamento PGFN-CSRF (ii)	-	-	8.323	31.200
Parcelamento PGFN-COFINS (ii)	-	-	2.209	-
PROFUT - Débitos Previdenciários – RFB (iii)	156.806	5.204.374	-	-
PROFUT - Demais Débitos – RFB (iii)	124.200	7.267.609	-	-
PROFUT - Demais Débitos – PGFN (iii)	39.398	2.229.937	-	-
PROFUT – FGTS (iii)	113.133	1.863.912	-	-
	611.815	21.194.665	1.574.513	14.569.035

(i) Programa de Parcelamento Incentivado – IPTU - PMF

Em 29 de setembro de 2009 o Clube assinou termo de audiência com a Prefeitura Municipal de Florianópolis acordando a integridade dos débitos municipais, compostos pelo Imposto Territorial Urbano (IPTU) e taxas de policiamentos, incluindo os exercícios ajuizados e não ajuizados até 2008. O pagamento será efetuado em parcelas de R\$10 mil por mês com atualização de 1% sobre o valor da parcela, em um período de 300 meses, vencendo em novembro de 2034.

(ii) Timemania e outros parcelamentos

Em 20 de dezembro de 2007, o Clube ingressou com o pedido de adesão ao concurso de prognósticos denominado “Timemania”, regulamentada pela Lei nº11.345/2006 e nº11.505/2007 e Decreto nº6.187/2007. Quando do ingresso pedido de adesão, o Clube concordou em ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino e de seus símbolos para divulgação e execução do concurso prognóstico “Timemania”. Em contrapartida, do valor arrecadado com o referido concurso prognóstico, 22% será destinado à remuneração das 80 entidades desportivas de futebol profissional participantes, sendo os valores repassados utilizados integralmente para pagamento de dívidas tributárias dos clubes no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB, Instituto Nacional de Seguridade – INSS e do Fundo de garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

O clube desistiu do Parcelamento Timemania, bem como dos demais parcelamentos, como medida para viabilizar a adesão ao Parcelamento concedido pelo PROFUT.

(iii) PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade do Futebol Brasileiro.

Em 14/10/2015, o clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade do Futebol Brasileiro – PROFUT, no termos na Lei 13.155/15. Programa que, concedeu aos clubes o parcelamento de débitos junto à União, cujos fatos geradores tenham ocorridos até 05 de agosto de 2015 e, pelo prazo de até 240 meses. A adesão ao parcelamento beneficia o clube com a redução de 70% das multas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais. O procedimento de adesão está documentado por meio dos processos administrativos, 11516.723012/2015-15 (débitos previdenciários), 11516.723011/2015-62 (débitos fazendários) e PGFN 1161623010/2015-18 (demais débitos).

Ainda não há por parte dos órgãos da União funcionalidades disponíveis por meios dos sistemas de controle de débitos e créditos para efetuar a consolidação (apuração do valor devido, número e valor de parcelas), estando estes débitos indicados para o parcelamento com a exigibilidade suspensa enquanto se encontra pendente a inclusão do sistema de controle do parcelamento.

O clube está recolhendo as parcelas devidas, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB n 1340, de 23 de setembro de 2015. Em decorrência destes recolhimentos, o clube é considerado em situação regular quanto ao parcelamento.

15. Provisões trabalhistas

O montante de R\$ 786.256 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 654.615 em 2014) refere-se à provisão de férias dos colaboradores e atletas.

16. Provisões para contingências

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Natureza		
Causas Trabalhistas	4.025.328	5.611.341
Causas Cíveis	2.292.376	1.719.128
	<u>6.317.704</u>	<u>7.330.470</u>

A administração, com base nos relatórios de seus assessores jurídicos não considerou a provisão para contingências para os processos com estimativa de ganho possível, o montante aproximado corresponde a R\$ 2.995.258,21.

17. Receitas a apropriar de valores recebidos.

Neste grupo estão registrados os valores de receitas a serem apropriados ao resultado decorrentes de direitos de transmissão de televisão, efetivamente recebidos.

18. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do clube em 31 de dezembro de 2015 é (R\$ 33.197.908), (R\$ 34.247.529) em 2014), está apresentado por valores atualizados e compreende a reserva de reavaliação de terrenos e edificações e os déficits acumulados.

19. Receita líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Competições esportivas	3.122.920	3.095.492
Transmissões esportivas	24.079.011	18.519.992
Transações de atletas	4.689.759	4.810.670
Associados	6.736.376	6.164.089
Promoções e publicidades	7.159.996	7.801.637
Loteria Timemania	415.408	401.203
Outras receitas	1.362.096	1.088.833
	<u>47.565.567</u>	<u>41.881.917</u>

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, o Clube possui cobertura de seguros de acidentes pessoais e invalidez profissional para todos os atletas profissionais, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

* * *

Wilfredo Brillinger
Presidente
CPF:290.205.659-15

Rosilei Franchin Romanzini
Contadora CRC/SC
CRC/SC 031.342/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e conselheiros
Figueirense Futebol Clube

Examinamos as demonstrações financeiras do Figueirense Futebol Clube (“clube”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do clube para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do clube. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 2.6 e 8, o clube deprecia os bens do ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal – SRF. O pronunciamento CPC 27 - ativo imobilizado, requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Dessa forma, a luz das normas contábeis adotadas no Brasil, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil da depreciação em 31 de dezembro de 2015. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à razoabilidade do valor da despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício.

O clube não divulgou o total de atletas vinculados contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta, e também o detalhamento das receitas e dos gastos com as transferências de atletas, conforme determinado pela Resolução nº 1429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Figueirense Futebol Clube em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades em regime normal de operações. O Clube apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 30.055 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 32.746 mil em 31 de dezembro de 2014). Conforme descrito na nota explicativa Nº 1 a administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa, assegurar a sua recuperação financeira e a manutenção das atividades sociais e operacionais visando reduzir a dívida fiscal, cível e trabalhista considerando que tem apurado déficits repetitivos em suas operações.

A continuidade operacional do clube dependerá do sucesso das medidas em andamento e a serem adotadas ao longo dos próximos exercícios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Parcelamento da Lei nº 13.155/2015 - Profut (Programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro).

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras, que descreve que o clube aderiu ao PROFUT em outubro de 2015, atualizando seus débitos e recolhendo os tributos e contribuições incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340 de 23 de setembro de 2015. A homologação formal e definitiva do parcelamento, encontra-se em processo de aprovação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O exame das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foi conduzido por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de abril de 2015, com ressalva sobre a taxa de depreciação dos bens do ativo imobilizado, a ausência de divulgação do total de atletas vinculados ao clube os respectivos percentuais de participação sobre os direitos econômicos de cada um e, ênfase sobre o capital circulante líquido negativo.

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2016.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SC



CARLOS ARAGAKI
CONTADOR CRC 1SP132.091 - S SC
Sócio – Responsável Técnico